

2003
Comum
v. 8, n. 21
Páginas 24-38
SENTO-SÉ, J. T. L.

VIOLÊNCIA, MEDO E MÍDIA.

Notas para um programa de pesquisa

João Trajano Sento-Sé¹

I. APRESENTAÇÃO

Trata-se de lamentável truísmo a afirmação de que os níveis de criminalidade violenta nos principais centros urbanos brasileiros são, hoje, um dos maiores desafios à consolidação da ordem democrática no Brasil. A magnitude do problema é diretamente proporcional ao número de atores a serem mobilizados para o enfrentamento adequado e conseqüente que, até prova em contrário, é desejado pela maioria da população. As páginas a seguir são destinadas à reflexão de um aspecto do problema, a saber, as correlações plausíveis entre percepções compartilhadas de insegurança e o tratamento destinado pela mídia às questões relativas à violência e à segurança pública. Embora esse seja um campo quase consensualmente reconhecido como da maior relevância, não existem muitos estudos dedicados a ele no Brasil. O presente artigo não tem a pretensão de suprir tal lacuna. Seu objetivo, bem mais modesto, é apontar para algumas das muitas discussões a serem levadas em conta na formulação e realização de pesquisas nessa área específica. Do mesmo modo, pretende sugerir algumas dificuldades metodológicas e operacionais que tal empreendimento possivelmente enfrentará. Para tanto, procuraremos evidenciar a centralidade da questão do medo e algumas das conseqüências

¹ Cientista político, professor adjunto do Depto. de Ciências Sociais da UERJ e pesquisador do Laboratório de Análise da Violência (LAV-UERJ).

potencialmente devastadoras de sua disseminação no corpo social, tal como, tudo indica, está ocorrendo no Rio de Janeiro e em outras grandes cidades brasileiras. Posteriormente, sugerimos, intuitivamente, que embora não seja responsável exclusiva por tal processo, a mídia, em função do tratamento concedido às questões relativas à violência e à segurança pública, tem, com frequência, contribuído para alimentá-lo. Estabelecer referências que dimensionem e qualifiquem o papel da mídia na disseminação do sentimento de insegurança sem resvalar na mera denúncia infundada ou, o que seria pior, ceder à tentação de defender mecanismos de censura é um desafio para cujo enfrentamento algumas pistas são esquadrihadas a seguir.

II. VIOLÊNCIA E MEDO

Uma das mais desconcertantes constatações feitas pelos estudiosos dedicados à análise do fenômeno da criminalidade urbana foi a inexistência de uma correlação direta entre os indicadores registrados e a percepção geral sobre os níveis de insegurança por parte das populações urbanas. Isso quer dizer que podemos (e de fato isso ocorre com frequência), em determinadas conjunturas, estar convivendo com índices estacionários ou decrescentes de criminalidade violenta e, nessa mesma conjuntura, a curva relativa aos sentimentos de vulnerabilidade e insegurança se comportarem de forma ascendente. O mesmo descompasso pode se manifestar pela inversão simultânea das duas tendências. Aparentemente, esse é um dado razoavelmente generalizado nos grandes centros urbanos, havendo registros sobre ele em várias pesquisas feitas em grandes cidades norte-americanas e européias. No Brasil, ainda na primeira metade dos anos de 1990, Soares (1996) qualificou o crescimento do sentimento de insegurança e seus desdobramentos efetivos e potenciais como a emergência de uma espécie de “cultura do medo”.

O reconhecimento da relevância de tal fenômeno para a definição de padrões societários em contextos de grandes metrópoles impôs duas ordens de interpelações claramente articuladas entre si. Primeiro: se o crescimento ou o decréscimo efetivo dos índices “objetivos” de criminalidade violenta não é capaz de explicar o medo e a sensação de insegurança, quais seriam as outras variáveis que concorreriam para o

comportamento desses indicadores? Segundo: quais seriam as conseqüências, a curto e médio prazos, do crescimento do medo e da sensação de insegurança ou, na expressão de Soares, da disseminação da cultura do medo nas grandes metrópoles. Embora nem sempre os especialistas em segurança pública se atenham à magnitude dessas questões, elas envolvem implicações que excedem largamente seu campo de estudos específicos. Afinal, se a questão da segurança, bem como seu oposto, ocupam, hoje, um lugar central não somente na agenda de lideranças e gestores públicos, mas, de forma ainda mais dramática, no conjunto de preocupações mais destacadas dos moradores das grandes cidades, parece claro que suas implicações orientam decisivamente os códigos de conduta, as modalidades de interação social e os mecanismos de construção de identidade de uma parcela nada negligenciável de homens e mulheres. É possível, portanto, que as questões aí envolvidas venham a se tornar a marca distintiva da sociabilidade de uma época.

Provavelmente, o relativo desinteresse dos especialistas pelo tipo de inquirição mencionado no parágrafo anterior tem a ver com os desafios mais imediatos e prementes implicados na disseminação do medo. Do ponto de vista das ciências sociais aplicadas, a interrogação sobre as variáveis que concorrem para o crescimento do medo incide diretamente sobre a definição de políticas voltadas para a melhoria da qualidade de vida das populações das grandes cidades. Incide, igualmente, sobre a adoção de estratégias mais efetivas de segurança pública e mesmo sobre a redefinição do que venha a ser a atuação eficaz nessa área. Vejamos, mais detidamente, o que cada uma dessas questões significa, começando pela segunda.

O medo é caracterizado pelo crescimento, em grande escala, do sentimento de vulnerabilidade dos indivíduos. Dito de forma simples: ele se torna socialmente relevante numa situação em que um número cada vez maior de indivíduos se sente mais vulnerável e passível de ser, direta ou indiretamente, vítima de uma ação violenta perpetrada por outro indivíduo ou por um grupo. Tal sentimento se traduz, por exemplo, na corrosão da confiança de que os mecanismos institucionais de defesa da vida e do patrimônio são eficientes o bastante para sua proteção. Ora, em vários aspectos, importa pouco que tal percepção seja ou não fundada, que ela se baseie no conhecimento adequado dos dados “objetivos” ou seja fruto de uma visão distorcida do mundo. Cabe

ter em mente que, uma vez largamente disseminada, tal percepção tenderá, necessariamente, a incidir sobre o comportamento de indivíduos e grupos sociais, funcionando, provavelmente, como princípio norteador de estratégias defensivas voltadas para aplacar a vulnerabilidade que, experimentada como tal, torna-se realidade sociológica.

As estratégias para lidar reativamente com o medo variam sensivelmente. Elas podem induzir a mudanças de hábitos como evitar sair à noite, reduzir a frequência a espaços públicos (geralmente, a rua é encarada como o lugar de risco, ainda que muitas das condutas violentas sejam perpetradas no espaço doméstico), evitar certas áreas tidas como mais perigosas. Atitudes como essas implicam claramente o cerceamento do sentido de liberdade individual e restrições ao direito de ir e vir, um dos pilares do direito civil. Elas têm conseqüências igualmente visíveis sobre os padrões de sociabilidade de uma dada comunidade e implicam um retraimento da esfera pública. Contudo ainda que possam ser encaradas como danosas para a qualidade de vida e para o vigor público de uma sociedade, elas estão longe de se constituírem como as mais danosas das estratégias de autoproteção disponíveis.

Estando associada à degradação da confiança nas instâncias formais de garantia da segurança, a sensação de medo suscita, com frequência, a busca de mecanismos alternativos que compensem a suposta ineficiência daquelas instâncias. Tal estratégia tende a se efetivar pelo acionamento de recursos privados de proteção. Em sua versão mais abertamente empresarial, a busca de alternativas privadas de provimento de segurança alimenta, atualmente, uma próspera e expansionista indústria que comercializa recursos humanos e tecnologia cada vez mais avançada. O crescimento desse setor é um dado observável em várias partes do mundo, mas o caso brasileiro tem algumas características singulares.

A naturalização do recurso a mecanismos privados de segurança traz consigo o risco de que se negligencie seu caráter discriminatório. Enquanto atribuição exclusiva do Estado, o provimento de segurança deve ser encarado como um daqueles benefícios universalizantes que compõem o patrimônio básico da cidadania. Ou seja, todos os cidadãos têm igual direito à preservação de sua vida, de sua integridade física e de seu patrimônio. Ao se aceitar a privatização da segurança, somos levados a reconhecer a

iniquidade do acesso a esse bem. Quem tem maiores recursos financeiros terá, necessariamente, acesso a um serviço diferenciado de segurança. Aceitando pura e simplesmente tal solução estaremos explicitando abertamente a naturalização de outra marca de desigualdade decorrente da inoperância do Estado.

Cabe observar que a indústria da segurança privada, como qualquer outro negócio, cresce em razão direta ao aumento da demanda por seus serviços. Se é assim, a cultura do medo, objetiva ou subjetivamente justificada, pode ser vista como poderosa alavanca para os negócios de um setor da economia que só tende a crescer. Se avançássemos o argumento somente até esse ponto, correríamos o risco de ser capturados pelos discursos enfadonhos, escorados em péssimo marxismo, sobre os benefícios que a lógica capitalista retira de suas próprias deficiências. Longe disso, o que temos em mente é algo bem mais concreto e problemático, que diz respeito diretamente ao caso brasileiro.

A indústria privada de segurança cresce em boa parte do mundo avançado sobre forte controle e supervisão do Estado. O mesmo, no entanto, não é verificado no Brasil. Não existe qualquer controle sobre questões básicas como, por exemplo, treinamento e seleção de pessoal. Mesmo as empresas oficiais dispõem de margens excessivamente largas de autonomia. A faceta mais dramática da ausência de controle se manifesta, porém, no fato, conhecido publicamente, de boa parte dos policiais que atuam nas grandes cidades brasileiras fazerem dos serviços de segurança prestados privadamente sua segunda (e, monetariamente, principal) fonte de renda. É quase inacreditável que a maioria das intervenções públicas sobre essa tendência se restrinjam à reiteração de que essa é uma prática ilegal que, no entanto, não se tem como coibir, uma vez que o Estado não dispõe de recursos para remunerar melhor seus profissionais de segurança. Do mesmo modo, é espantoso que recorrentemente autoridades públicas proponham como solução para o impasse a simples legalização e regulamentação dessa prática. O que tem ficado de fora do debate é a previsão óbvia de que a atuação de policiais, legal ou ilegalmente, no ramo da segurança privada tende a fazer com que a depreciação dos serviços públicos nessa área seja do interesse deles próprios que se beneficiarão com a maior valorização de sua mão de obra no setor privado.

Embora esteja claro que o aumento do recurso a mecanismos institucionais e empresarias de segurança privada seja extremamente preocupante e suscite problemas éticos e políticos que devem ser enfrentados, há uma outra estratégia privada decorrente do medo ainda mais desastrosa. Trata-se da aquisição e do porte de arma por parte de civis. Ainda que não haja dados conclusivos sobre o tema para o Brasil, há bons indícios de que quanto maior o número de cidadãos armados em uma dada sociedade, maiores serão os riscos de que cresça o seu uso em situações as mais variadas. Os atuais esforços do Ministério da Justiça em adotar uma legislação restritiva ao acesso e ao porte de armas têm enfrentado resistências ferozes de fabricantes e, de forma um tanto surpreendente, de parcelas da sociedade que vêem essa iniciativa, numa espécie de espectro mimético da cultura norte-americana, como uma agressão intolerável aos direitos individuais.

Com o que foi assinalado até aqui, tem-se que a cultura do medo pode concorrer para o acionamento de mecanismos que solapam laços de solidariedade, reduzem o vigor da coexistência pública, aumentam o leque de indicadores de iniquidade e, o que é tragicamente paradoxal, podem levar a estratégias que retroalimentam as causas, objetivas ou não, do próprio medo. É evidente que a análise atenta de cada uma dessas questões é extremamente relevante do ponto de vista sociológico. Ela é, todavia, crucial para a construção de uma massa analítica preciosa para os formuladores sérios de políticas de segurança pública. O mesmo vale para a pergunta seguinte a ser enfrentada, cabe repetir: o que concorre para o crescimento do medo?

A constatação desconcertante de que o sentimento de medo não acompanha necessariamente o comportamento dos indicadores de criminalidade e de violência não implica que ambos estejam totalmente desconectados entre si. Impõe-se, no entanto, verificar quais seriam as outras razões que concorreriam para que o medo e o sentimento de insegurança se manifestem mais ou menos intensamente. Até onde se pode avançar, uma primeira variável seria exatamente aquela já apontada anteriormente. A percepção de que as agências do Estado (polícias, instâncias do judiciário, etc.) não estão cumprindo adequadamente suas obrigações tem sido assinalada, com frequência, como um dos fatores mais relevantes. É importante frisar que, também aqui, estamos lidando com percepções. Isso quer dizer que não necessariamente a degradação da confiança no

aparato estatal esteja relacionada a uma efetiva baixa de seu desempenho. Se é assim, temos que não basta às organizações que fazem parte do sistema de justiça criminal atuarem eficazmente no campo da segurança, mas cabe a elas, também, evidenciarem que o estão fazendo e, mais importante, tornarem explícito para a população que estão desempenhando bem o seu papel.

O imperativo de publicidade sobre a eficiência do aparato oficial que lida com segurança pública traz implicações bem mais complexas do que se pode imaginar à primeira vista. Não basta que tais instituições articulem algum sistema de divulgação de massa sobre seu desempenho. Cabe a elas aproximarem-se dos beneficiários de seu trabalho, ouvi-los, interagir com eles. Tal estratégia, se levada seriamente às últimas conseqüências, implica uma redefinição radical do trabalho das instituições de segurança, sobretudo das polícias. Tradicionalmente, a polícia é encarada pela população e por seus próprios membros como o órgão destinado ao combate ao crime. Reduzido a isso, seu desempenho será mensurado na proporção direta ao número de prisões efetuadas e à redução das ocorrências criminais, por exemplo. Se, no entanto, o contato com a população beneficiária de seu trabalho passa a fazer parte de sua agenda, as atribuições da polícia ganham novo enfoque. Ela passa a desempenhar um papel de mediadora de conflitos intracomunitários e de eixo articulador entre as comunidades e outras instâncias do poder estatal. Essa é a concepção, apresentada aqui de forma um tanto grosseira, de policiamento proativo.

O conceito de policiamento proativo vem à tona, em grande medida, como uma tentativa de resposta aos desafios impostos pela oscilação, apenas aparentemente errática e aleatória, dos sentimentos de medo e insegurança da população. Ele supõe, também, que o trabalho policial pode ser mais eficiente e menos custoso do que a linha puramente reativa, de resposta a chamadas e/ou a eventos criminosos. Aproximando-se das comunidades, a polícia poderia mapear focos de tensão, antecipando-se, mediante a adoção de medidas preventivas, à eclosão de conflitos ou à efetuação continuada de certos tipos de delitos. É evidente que a adoção de tal estratégia não suprime as funções anteriores, antes, as complementa, tornando o trabalho policial mais complexo e, em certo sentido, mais especializado. É dispensável dizer que essa nova concepção de policiamento encontra bastante resistência no interior das corporações policiais

brasileiras, nas quais a imagem do trabalho policial está fortemente associada ao combate ao crime e ao enfrentamento armado contra os criminosos. Mesmo nas cidades norte-americanas em que houve iniciativas voltadas para tais redefinições, as resistências foram grandes. Em muitas delas, porém, quando levadas a cabo, os resultados foram bem alentadores.

O contato mais estreito com as comunidades visando identificar possíveis variáveis que incidem sobre o sentimento de insegurança e de medo, efetuados no Brasil, em geral, por programas sociais ou pesquisa sociológicas, indicam alguns outros fatores relevantes e, de certo modo, surpreendentes. Há indícios, por exemplo, de que a degradação do patrimônio público, como escolas, e do próprio espaço coletivo, como ruas e praças, além da baixa qualidade de serviços como iluminação e limpeza pública são variáveis que tendem a criar uma atmosfera favorável ao crescimento do sentimento de ameaça. Do mesmo modo, a qualidade de serviços como iluminação e limpeza públicas parece incidir sobre o sentimento de insegurança. Embora seja difícil mensurar a dimensão de tais fatores para a disseminação da cultura do medo, a recorrência de menção a eles em pesquisas qualitativas e em dinâmicas de grupos de discussão parece sugerir que cada vez mais as intervenções concernentes à questão da segurança envolverão instâncias do Estado não diretamente atreladas ao sistema de justiça criminal e à ação coordenada destas com associações e organizações da própria sociedade. Finalmente, um outro fator aparece recorrentemente como variável relevante para a análise sobre a cultura do medo nas grandes cidades: o papel da mídia e do tratamento por ela dedicado às questões referidas à violência.

III. MÍDIA, MEDO E (IN)SEGURANÇA

O desenvolvimento das tecnologias de comunicação, sobretudo o da imprensa escrita, está na base da constituição das modernas sociedades de massa. É com o que Anderson (1983) chama de capitalismo de imprensa que se torna possível a formação das comunidades de largo alcance, as comunidades nacionais, cuja primazia como princípio organizador simbólico e geopolítico marcou, segundo muitos intérpretes, o século XX e, ainda de acordo com especialistas dos mais diversos campos das ciências humanas,

continuará a pautar, por uma larga margem de tempo, o século recém-iniciado. A principal inovação trazida pela difusão dos meios de comunicação implica uma espécie de redefinição de nossa concepção de tempo através da incorporação na rotina diária dos indivíduos da noção do *enquanto isso*. Tal inovação introduz nas percepções rotineiras dos indivíduos a apreensão da simultaneidade de eventos que se desenrolam em pontos afastados de sua experiência imediata e local, tornando-os co-participantes de uma série de acontecimentos que lhes afeta direta ou indiretamente, a despeito de sua distância espacial. Ainda segundo Anderson, é essa experiência de compartilhar com o longínquo emoções as mais díspares (dor, alegria, orgulho, desapontamento, solidariedade etc.) que torna possível indivíduos, vivendo tão distantes entre si, firmarem, ainda assim, laços de pertencimento e de solidariedade recíproca.

Esse novo padrão de sociabilidade difere das comunidades antigas por suas redes não se darem através do contato face a face. Como brasileiros, sentimo-nos solidários e, mais do que isso, envolvidos em uma mesma comunidade de destino, afetados por várias das mesmas contingências que envolvem nossos próximos, independentemente de estarmos a centenas de quilômetros de distância, não sabermos seus nomes, reconhecermos que certamente jamais os teremos diante de nós e, sob diversos aspectos, eles não serem nada próximos do que somos. O mesmo vale, é claro, para alemães, italianos, argentinos, etc. Ao contrário das antigas comunidades, cujos laços de pertencimento eram dados pela descendência comum e pelo contato direto entre seus membros, essas novas comunidades estão fundadas em engenhosa e razoavelmente abstrata capacidade de criação de vínculos que fundamentam o que Anderson chamou de comunidades imaginadas. Sua base será a mesma que Habermas (1997) identificará como fundamento da esfera pública, os meios de comunicação de massa, cujo surgimento e ampliação é condição necessária para a construção da ordem democrática.

A expressão comunidade imaginada não deve induzir-nos ao erro de supor que sua artificialidade se confunda com o erro ou com a adoção de princípios falsos de pertencimento. A rigor, qualquer comunidade que se defina enquanto tal guardará em si alguma margem de artificialidade. O pertencimento às modernas comunidades imaginadas (é das nações que estamos falando) tem sido um princípio tão poderoso na definição de identidades coletivas e individuais que os homens têm pautado

efetivamente, em larga medida, seu autoreconhecimento por ela. Em nome desse pertencimento, os homens (e mulheres) moderno(a)s têm se revelado capazes de assumir atitudes extremadas, admitindo, até mesmo, em casos limites, sacrificar suas vidas.

As formulações precedentes, estabelecidas no interior do campo de debates sobre as origens e a natureza das nações e dos nacionalismos modernos, são igualmente úteis para a discussão que tentamos encaminhar presentemente. Se reconhecemos a notável capacidade da imprensa em estabelecer uma dinâmica societária pautada pela simultaneidade de experiências e de percepções do mundo, capacidade esta que só tem crescido e se sofisticado ao longo das últimas décadas, é necessário admitir que tal alargamento pode nos dizer algo sobre as condições em que nossas vidas rotineiras se dão. No que diz respeito à segurança, isso quer dizer que não é necessário que um dado indivíduo, ou alguém de seu círculo mais próximo, tenha passado por uma situação de vitimização para que se sinta atingido pela violência de que tem notícia. Sentimo-nos atingidos em nossa confiança de que estamos seguros a cada vítima de que tomamos conhecimento, a cada caso que chega até nós por relatos de terceiros. Ficamos abalados e solidários com as vítimas. Vale ressaltar que tal sentimento de solidariedade costuma variar de acordo com alguns traços fundamentais da vítima, sendo tão maior quanto mais próximos nos sentimos dela. Esse dado é importante por uma série de fatores, dentre eles por sugerir que não são exatamente os índices de vitimização que causam temor, mas aspectos outros como perfil das vítimas, modalidades de violência e regiões em que ocorrem os casos reportados.

Há uma gritante assimetria nas abordagens e no espaço reservado pela mídia às mais variadas modalidades de casos de violência. As diferentes abordagens variam de acordo com a natureza dos eventos, as origens sociais das vítimas, os locais em que ocorreram os eventos relatados e a participação de profissionais de órgãos públicos nos casos. Qualquer investigação sobre as relações mídia e medo deveria começar por um esforço concentrado na determinação de alguns padrões básicos que certamente orientam tais procedimentos. O dado de que possivelmente tais padrões variam segundo o tipo de veículo (mídia impressa, eletrônica, etc.) e público a que cada um se dirige reforça a relevância de tratá-los e discerni-los logo nos passos iniciais da investigação.

Num exercício livre de exploração inicial, podemos aventar que as abordagens referentes a casos de violência variam, em geral (independentemente do tipo de veículo e do público a que está voltado), segundo o potencial de identificação do público consumidor do veículo em pauta com os casos relatados. Como toda generalização, a afirmação anterior é perigosa e passível de críticas. Seguindo na linha de risco, contudo, podemos aventar que, se as margens e os potenciais de identificação dos consumidores (leitores, ouvintes, telespectadores etc.) são fundamentais para a definição das abordagens em geral, esse é um campo em que a mídia, em sua abordagem, enfatiza predominantemente a emoção. É a intensidade emotiva que tal ou qual evento apresenta que define o modo de abordá-lo e o destaque a ele dedicado. Dito isso, não teríamos muito no que avançar se permanecêssemos no âmbito mais geral em que estivemos até o presente momento. Busquemos, portanto, aprofundar o presente exercício tomando um caso mais concreto.

Pensemos, por exemplo, em um jornal impresso, diário, voltado para as faixas de maior escolaridade e de mais alta renda de uma grande cidade brasileira. É provável que muitos dos leitores do presente artigo sejam usuários contumazes de um veículo como esse e, conseqüentemente, sejam capazes de visualizá-lo, identificando suas várias seções, sua diagramação, etc. Com efeito, um jornal como descrito até aqui, distribui seus assuntos segundo campos diferenciados entre si e mediante a definição de eixos geográficos e temáticos. Há, com espaço variado, a seção internacional, a nacional, a local e um espaço para a cidade. No campo temático, tem-se o espaço para a política, para a economia, para negócios, para as artes e os esportes. Bem, estamos seguros de que não esgotamos todo o cardápio de conteúdos e tipos de eventos que compõem um jornal, mas já é o bastante. Em boa parte das principais áreas de interesse, a abordagem cotidiana combina o relato dos últimos acontecimentos, eventualmente os depoimentos públicos de atores envolvidos, à análise de um ou mais especialistas, donos de lugar cativo e cotidiano reservado para a o monitoramento rotineiro de cada passo operado naquele campo específico. Temos, assim, os articulistas especializados nas temáticas nobres, a política nacional, a economia, o futebol, etc.

As colunas reservadas aos jornalistas mais experientes e especializados são uma indiscutível marca de distinção dos jornais entre si, e da relevância das áreas por eles

cobertas. É desse modo que o leitor contumaz dos jornais acompanha passo a passo a evolução da política nacional, o comportamento dos índices econômicos, a situação do futebol nacional e as tendências estéticas, por exemplo. É através dessas seções que o leitor tem contato, via jornal impresso, com a análise mais cuidadosa, informada e ponderada do que se passa em cada um dos campos que merecem destaque. Assim como o registro dos últimos eventos põe o leitor em contato com o que está se passando, a coluna especializada acrescenta a essa modalidade de contato com o universo tratado (político, econômico, cultural, esportivo, etc.) uma análise que visa ir adiante do mero registro do imediato.

É evidente que as questões relativas à segurança pública não se encontram entre os campos mencionados no parágrafo anterior. Talvez fosse mesmo um despropósito advogar que se dê a essa área um estatuto tão nobre. Não pretendemos argumentar nessa direção. A menção às áreas mais destacadas pelos órgãos de imprensa serve, aqui, apenas para efeito de contraste. Se seria um provável exagero (o que, de modo algum, nos parece evidente) dedicar toda uma seção a questões relativas à segurança pública, talvez fosse aconselhável, pelo menos, uma melhor qualificação das abordagens. Despojada de maior consistência analítica, a imprensa, em geral, e a mídia escrita, em particular, se restringem a acionar os mecanismos afetivos de produção de notícia na veiculação de casos envolvendo a violência. É gritante a ausência da contrapartida mais ponderada de uma exposição, ainda que eventual, consistente e informada do quadro em que os eventos relatados devem ser colocados. Os editoriais dedicados à violência não fogem, em geral, à regra. São tornados públicos em contextos específicos, na maior parte das vezes marcados pelo acontecimento de algum caso traumático e, salvo raras exceções, acabam marcados, em tom e conteúdo, pela atmosfera que recolocou a violência na primeira página.

Boa parte das pesquisas realizadas que buscaram estabelecer alguma conexão entre medo e abordagem da violência pela mídia optaram por concentrar-se no espaço dedicado ao problema pelos meios de comunicação e sua possível relação com o aumento ou a diminuição do sentimento de insegurança. Talvez essa seja uma das razões para que se tenha avançado tão pouco. A questão não é tanto de espaço, mas de abordagem, de modalidades discursivas. Cada vez mais jornalistas e profissionais de

comunicação procuram especialistas capazes de contribuir na feitura de reportagens e matérias. Isso pode ser um bom sinal, mas é, indiscutivelmente, muito pouco. É pouco porque, em geral, esse é um procedimento que também se dá apenas na ocasião de eventos traumáticos. Sendo assim, qualquer coisa que o especialista diga, e nessas ocasiões é comum que não se tenha muito o que dizer, acaba sendo articulada à abordagem mais geral, emotiva e empática. Além disso, não é incomum a ocorrência de ruídos de comunicação entre o que o especialista diz e o que o entrevistador escuta. Finalmente, está claro que a complexidade do campo da segurança não deixa nada a dever àquela observada em outros campos de ação do poder público, o que significa que dificilmente alguém pode lograr uma boa abordagem sobre qualquer questão relativa a ela sem controlar minimamente algumas das noções básicas de seu funcionamento. Dito de forma mais direta, a questão da violência não teve sua real centralidade reconhecida pela imprensa, e, por isso, sua abordagem, em geral, beira a irresponsabilidade e a desinformação.

Ainda que confirmada empiricamente, o que não seria empreendimento fácil, a afirmação anterior é claramente insuficiente para dimensionarmos de forma responsável e ponderada a relação entre medo e mídia. Rigorosamente, é difícil pensar um modo em que tal correlação seja estabelecida de forma segura. Ainda assim, é importante tentá-lo. Uma das providências necessárias é, obviamente, a criação de mecanismos de análise dos tipos de discurso usados pelos mais variados veículos de comunicação na abordagem dos problemas da segurança e da violência. Provavelmente, a análise cuidadosa de tais discursos levará à recorrência do uso de certas estruturas narrativas, de certos jargões e, principalmente, de mecanismos discursivos que tornam o que é narrado uma espécie de repetição paradigmática de uma situação não de todo explicitada. Uma situação que não é de todo explicitada nem poderia sê-lo, visto que não há informação e análise qualificada para tanto. Se houvesse uma e outra, a idéia de repetição se revelaria freqüentemente aquilo o que realmente é: um artifício retórico voltado para o desencadeamento de um conjunto de percepções pautadas mais pela emoção provocada pela descrição do fato do que propriamente pelo conhecimento das dinâmicas em que ele está inserido. Se não temos o quadro como um todo, resta-nos apenas o fato entendido

como expressão metonímica do que vivemos espectralmente e a sensação que isso nos causa.

Mais do que uma alternativa para o início de um bom programa de investigação acerca do discurso da mídia sobre a violência e suas conseqüências quanto ao sentimento de insegurança (nunca é demais lembrar que há muitos outros fatores concorrendo para a disseminação do medo), o que foi aventado até aqui poderia ser encarado com um bom mote para que se iniciasse uma conversa aberta e construtiva entre jornalistas, pesquisadores, gestores de políticas de segurança e todos os demais interessados na questão. Por incrível que possa parecer, uma iniciativa dessa natureza poderia contribuir muito para o debate público e qualificar bastante as intervenções propositivas. Seria, finalmente, passo importante para que novos procedimentos fossem assumidos tanto por autoridades quanto por formadores de opinião, o que, provavelmente, teria conseqüências benéficas para a atmosfera geral. Isso não seria suficiente para mitigar o medo ou reduzir a violência propriamente dita, mas certamente ajudaria a tornar o debate público mais transparente, informado e consistente. Alcançar tal maturidade, convenhamos, traria inevitáveis e alentadoras conseqüências para a qualificação das políticas públicas

IV. CONCLUSÃO

Um cidadão normal não confere a síntese dos boletins de ocorrência do serviço policial, todas as manhãs, antes de sair de casa, do mesmo modo como consulta o jornal ou escuta o noticiário pelo rádio. É através desses últimos que ele se põe em sintonia com o mundo mais abrangente e estabelece com os seus protagonistas laços das mais diversas naturezas. Sonegar as condições para que tal comunhão seja feita é uma das mais graves violações às conquistas democráticas das modernas civilizações. Questionar o papel da mídia na disseminação do medo não deve ser confundido com a defesa de mecanismos que reduzam a autonomia desses veículos. Por outro lado, é necessário reconhecer que a relevância do problema da violência e a complexidade de seus inúmeros corolários exigem discussões sérias, bem informadas e metodologicamente respaldadas. Tem sido assim em vários campos da vida pública. Parece ser a hora de que assim seja também no caso da segurança. É preciso encontrar mecanismos de

análise do discurso da mídia que não se limitem à mera mensuração do espaço nela concedido para tratar da violência nem, tampouco, se restrinja a avaliar os efeitos de sua abordagem a partir do que é declarado por seus usuários. Esse segundo ponto implica sofisticação teórica e analítica que vão bem além do relato de resultados empíricos coletados sistematicamente.

V. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Benedict (1983). *Imagined Communities*. London, Verso Editions.

HABERMAS, Jurgen (1997). *Direito e Democracia*. 2 vol., Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro.

SOARES, Luiz Eduardo et alli. (1996). *Violência e Política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, ed. Relume Dumará.

João Trajano Sento-Sé
Laboratório de Análise da Violência – LAV
UERJ